

Realização



PROCESSO SELETIVO DO CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – CONFERE Auditor(a) VII

Instruções Gerais

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um **caderno de Questões**, contendo 5\$ questões de múltipla escolha.
 - Um **cartão de Respostas**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- A Prova terá tempo de duração de **03 (três)** horas corridas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do Cartão de Respostas.
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas devidamente assinados.
- O Candidato, poderá retirar-se do local de Provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início das Provas podendo anotar suas opções de respostas no canhoto que será entregue durante a prova. O Candidato **não** poderá retirar-se do local de realização das Provas escritas levando o Caderno de Provas.
- Os **03 (três)** últimos Candidatos de cada sala, só poderão ser liberados juntos.
- O gabarito e a prova serão divulgados em 24 horas, no site do Instituto Cidades: www.institutocidades.org.br. Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.
- Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O Cartão de Respostas **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no Cartão de Respostas é cobrindo fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

	A	B	C	D	E
01	●	○	○	○	○
02	○	●	○	○	○
03	○	○	●	○	○
04	○	○	○	●	○
05	○	○	○	○	●

BOA PROVA !

- **Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas** pela leitora ótica.

Nome: _____

Número de Inscrição: _____



CONHECIMENTOS BÁSICOS

➤ **Língua Portuguesa**

Texto

A CORRUPÇÃO NO BRASIL TAMBÉM É BANCADA POR NÓS!

Mauricio Alvarez da Silva*

“Estamos novamente em meio a um turbilhão de escândalos públicos, o que tem sido uma situação constante desde a época em que éramos uma simples colônia. Como diz o adágio popular vivemos na “casa da mãe Joana”.

No entanto, a questão da corrupção no Brasil é muito mais profunda. Acredito que apenas uma pequena parte dos casos seja descoberta e venha a público. Imagino que grande parcela fique escondida nas entranhas públicas. Temos a corrupção política, a corrupção de servidores e de cidadãos desonestos. A corrupção sempre tem dois lados, um corrompendo e outro sendo corrompido.

É nítido que a máquina pública está comprometida. Desde criança escutamos falar sobre a tal da corrupção, agora vemos, todo dia, ao vivo e a cores na TV.

Na esfera política houve e há muito apadrinhamento para se obter a dita governabilidade. Não importa os interesses da sociedade, desde que os interesses pessoais e partidários sejam atendidos, com isso vem a briga pela distribuição de cargos públicos, comissionamentos e outras benesses. Isto ocorre em todos os níveis de governo (municipal, estadual e federal), afinal é preciso acomodar todos os camaradas.

O exemplo mais recente da corrupção política em nosso país é o escândalo do mensalão, que teve início em 2005 (sete anos atrás!) e somente agora está tendo um desfecho.

No âmbito administrativo temos um carnaval de queixas, denúncia e escândalos. Somente para citar alguns exemplos: a indústria de multas de trânsito em diversas cidades, desvio de verbas através de falsas ONGs, fiscais corruptos, licitações fraudulentas, entre tantas outras situações que podem preencher um livro.

Se pararmos para pensar, no final das contas, mesmo que inconscientemente, somos nós que financiamos toda essa corrupção. Os corruptos visam o dinheiro público, que em última análise é o seu dinheiro e o meu dinheiro, que disponibilizamos para a manutenção da sociedade.

Na medida em que os recursos destinados a financiar hospitais, escolas, saneamento básico e outras necessidades primárias são desviados, debaixo de nossos narizes, e não tomamos qualquer atitude, também temos nossa parcela de culpa, por uma simples questão de omissão.

(...)”

(<http://www.portaltributario.com.br/artigos/corruptaconobrasil.htm> - acesso 02.01.2016)

*Mauricio Alvarez da Silva é Contabilista atuante na área de auditoria independente há mais de 15 anos, com enfoque em controles internos, contabilidade e tributos, integra a equipe de colaboradores do Portal Tributário.

01.O texto, por sua natureza estrutural de composição, é:

- A) Narrativo, com passagens descritivas, com traços que podem enquadrá-lo no conceito de ensaio.
- B) Dissertativo, com claras características que podem enquadrá-lo no conceito de artigo de opinião.
- C) Dissertativo, com passagens narrativas, que o aproximam da resenha crítica.
- D) Descritivo, com trechos dissertativos, que podem enquadrá-lo no conceito de crônica política.

02.Sobre a “dita governabilidade”, segundo o texto, é INCORRETO afirmar que:

- A) A distribuição de cargos públicos é um elemento que faz parte de sua rotina e de sua eficácia.
- B) Ela está presente em todos os níveis de governo no Brasil.
- C) A “acomodação” dos camaradas é um fator inerente a ela, governabilidade.
- D) Para obtê-la, os governantes ou políticos sobrepõem os interesses coletivos aos interesses individuais ou partidários.

03.Por ser um problema antigo no Brasil, quanto a esse aspecto, o texto defende que a corrupção é:

- A) Crônica, vez que atualmente está presente em todos os segmentos da esfera governamental.
- B) Irremediável, pois está em nível de comprometimento que não tem mais solução.
- C) Política, haja vista que os que a sustentam e a fazem crescer são os que estão no poder.
- D) Atávica, tendo em vista que remonta ao período colonial de nossa história.

04.Segundo o texto, no segundo parágrafo, a corrupção no Brasil:

- I. Deve ser vista por uma abordagem bem mais ampla que o normal.
- II. Uma parcela significativa dos casos de corrupção não é descoberta ou divulgada.
- III. A corrupção política envolve exclusivamente os corruptores do poder, não havendo corrompidos.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas I e II estão corretos.
- B) Apenas I e III estão corretos.
- C) Apenas II e III estão corretos.
- D) Todos estão corretos.



05. Sobre a participação da sociedade no processo da corrupção e no combate a ela, segundo o texto, é correto afirmar que:

- A) Já que o dinheiro desviado é público, nós, a sociedade, somos exclusivamente vítimas nesse problema da corrupção.
- B) A falta de ação, a omissão nossa, dos cidadãos em geral, concorre diretamente para que a corrupção aconteça.
- C) A culpa é apenas do Estado que gere o dinheiro público, pois deveria ele zelar pelo bem da sociedade que o mantém.
- D) Os gestores públicos corruptos e os cidadãos desonestos que corrompem são os únicos responsáveis por esse problema que atinge a sociedade.

06. Sobre a passagem do texto – Como diz o adágio popular vivemos na “casa da mãe Joana” – analise os itens abaixo:

- I. O conectivo “como” é conjunção subordinativa conformativa e poderia ser substituído por “consoante”.
- II. Há um erro de pontuação, pois deveria haver uma vírgula separando a primeira oração da segunda.
- III. O sujeito da primeira oração está anteposto ao verbo, o que é permitido pela norma culta.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas II e III estão corretos.
- B) Apenas I e III estão corretos.
- C) Apenas I e II estão corretos.
- D) Todos estão corretos.

07. Marque a opção cuja palavra ou expressão substitui corretamente o que se destaca em “desde a época em que éramos uma simples colônia”:

- A) Quando.
- B) A qual.
- C) Que.
- D) Em cuja.

08. No texto, a passagem “somos nós que financiamos” pode ser reescrita com o pronome “quem”, assim: somos nós quem financiamos ou financia. Note que, neste caso, com o pronome “quem”, podemos ter duas formas de concordância. Marque a opção em podemos ter outra forma de concordância verbal também aceita pela gramática normativa:

- A) A maioria do povo votou conscientemente.
- B) Quais de nós se manifestaram a favor do projeto?
- C) Houve vários apoios ao projeto contra a corrupção.
- D) Devem-se punir corruptos e corruptores.

09. A função da linguagem que predomina no texto é a:

- A) Fática.
- B) Expressiva.
- C) Referencial.
- D) Metalinguística.

10. Marque a opção em que se registra um ERRO de regência verbal no que diz respeito à norma padrão:

- A) “Imagino que grande parcela fique escondida nas entranhas públicas”.
- B) “É nítido que a máquina pública está comprometida”.
- C) “Desde criança escutamos falar sobre a tal da corrupção”.
- D) “Os corruptos visam o dinheiro público”.

➤ **Conhecimentos Gerais**

11. O Capitalismo Comercial (Século XVI ao XVIII) formase a partir das transformações econômicas dos séculos XV e XVI, como o início das Grandes Navegações, o aumento da produção têxtil e o afluxo de metais preciosos das Américas. Estas transformações constituem a chamada Revolução Comercial. Acerca do assunto, analise as afirmativas abaixo:

- I. As navegações europeias pelo Oceano Atlântico, chamadas Grandes Navegações, tiveram como objetivos, na primeira metade do século XV, romper o monopólio italiano sobre o comércio com o Oriente e buscar novas jazidas de ouro e prata para compensar a escassez de metais.
- II. Portugal foi o pioneiro nas navegações devido a suas vantagens históricas em relação aos outros países europeus. Foi a primeira monarquia nacional da Europa, pré-condição para investimentos de longuíssimo prazo.
- III. A Revolução Comercial, com a mudança do eixo comercial do Atlântico para o Mediterrâneo e rompimento do monopólio das cidades francesas no comércio com o Oriente, resultou de grandes fatores tais como a crise do feudalismo.

Podemos afirmar corretamente que:

- A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- C) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

12. Entre as principais características do Nazismo, destacou-se a sua concepção de uma “raça superior”, rótulo que pertencia à raça ariana, isto é, a raça branca e perfeita que teria se perpetuado na linhagem sanguínea dos povos germânicos que deram origem ao Estado alemão. Associada a essa concepção racista, que contribuiu para o genocídio dos judeus, há uma ideia que também caracteriza a ideologia nazista. Segundo esta ideia deveria ser “eliminado” da sociedade qualquer tipo de pessoa que apresentasse alguma deficiência mental ou física. Assim também como aperfeiçoar geneticamente uma geração perfeita de homens e mulheres, adequados à raça ariana. A esse “projeto” nazista damos o nome de:

- A) Hitlerismo
- B) Agnostianismo
- C) Eugenia
- D) Sionismo



13. Vários problemas atingiam as principais nações europeias no início do século XX. O século anterior havia deixado feridas difíceis de curar. Alguns países estavam extremamente descontentes com a partilha da Ásia e da África, ocorrida no final do século XIX. Alemanha e Itália, por exemplo, haviam ficado de fora no processo neocolonial. Enquanto isso, França e Inglaterra podiam explorar diversas colônias, ricas em matérias-primas e com um grande mercado consumidor. A insatisfação da Itália e da Alemanha, neste contexto, pode ser considerada uma das causas da:

- A) Guerra Fria
- B) Grande Guerra
- C) Segunda Guerra Mundial
- D) Revolução Socialista Marxista

14. *Anschluss* é uma palavra do idioma alemão que significa *anexação*. É utilizada na História para referir-se:

- A) À anexação político-militar da Áustria por parte da Alemanha em 1938.
- B) À anexação da Rússia por parte da Alemanha ao fim da Primeira Guerra Mundial.
- C) À anexação da Manchúria, pelo Japão, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o que levou a Alemanha a declarar guerra ao império japonês.
- D) À anexação da Polônia pela Alemanha, o que causou o estopim da Segunda Guerra Mundial.

15. No ano de 1939, em meio à atmosfera de tensão política que desencadeou a sucessão de conflitos da Segunda Guerra Mundial, um acordo de não agressão foi firmado entre a Alemanha e a União Soviética, o Pacto Germano-Soviético. Esse pacto estabelecia que, se acaso a Alemanha entrasse em conflito com a Inglaterra ou a França em razão de uma eventual investida da Alemanha contra a Polônia, a URSS, por sua vez, ficaria afastada, sem se manifestar militarmente. Tal pacto também pode ser chamado de:

- A) Tratado de Moscou
- B) Tratado de Versalhes
- C) Pacto de Varsóvia
- D) Pacto Ribbentrop-Molotov

16. Ex-executivo de alto escalão da Petrobras, Nestor Cerveró foi identificado como o autor de um relatório que levou a empresa a adquirir, em 2006, uma determinada refinaria, negócio que, anos depois, mostrar-se-ia prejudicial à companhia. Segundo relato do comitê de auditoria da Petrobras, concluído em 24 de outubro de 2014, Nestor Cerveró teria omitido informações relevantes em apresentações à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da empresa, que resultaram em "substanciais perdas financeiras para a Petrobras". Em 2015, tornar-se-ia nacionalmente conhecido por seu envolvimento no denominado "Escândalo do Petrolão". A referida refinaria citada no texto, fica localizada na cidade de:

- A) Buenos Aires, na Argentina.
- B) Pasadena, nos Estados Unidos.
- C) De Santiago, no Chile.
- D) De Toronto, no Canadá.

17. A *Primavera Árabe* foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de dezembro de 2010. Os protestos compartilharam técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados, além de se oporem aos regimes ditatoriais em toda aquela região. Essa onda de protestos nos países de origem árabe iniciou-se:

- A) Na Tunísia, com a derrubada do ditador Ben Ali.
- B) Na Líbia, com a morte de Muammar AL-Gaddafi.
- C) Em Israel, com a independência da Palestina.
- D) Na Síria, na guerra civil contra Bashar AL-Assad.

18. *"Desde 2011 cerca de 200 mil pessoas perderam suas vidas no conflito entre as tropas leais ao presidente Bashar al-Assad e as forças de oposição. A violenta guerra civil já destruiu boa parte da infraestrutura desse país e deixou 11 milhões de desabrigados. O combate entre o governo e a oposição não para. A ajuda humanitária chega esporadicamente a alguns lugares. Milhares de pessoas permanecem presos em cidades sitiadas. A oposição se fragmentou até incluir facções islâmicas com vínculos com a Al-Qaeda, cujas táticas brutais têm causado preocupação e levado à violência até mesmo entre os rebeldes".* (<http://www.bbc.com/13.10.15> / Modificado)

O texto se refere à sangrenta guerra civil que tem causado destruição e mortes:

- A) No Egito
- B) No Iraque
- C) Na Síria
- D) Na Palestina

19. Podemos chamar de Globalização o processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta. O conceito de Aldeia Global se encaixa neste contexto, pois está relacionado com a criação de uma rede de conexões, que deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma rápida e eficiente. Dentro deste processo econômico, muitos países se juntaram e formaram blocos econômicos, cujo objetivo principal é aumentar as relações comerciais entre os membros. Dentre as opções abaixo, a única que NÃO contém um exemplo de bloco econômico é:

- A) NAFTA
- B) BRICS
- C) União Europeia
- D) Pacto Andino



20. A Revolução Industrial teve início no século XVIII, na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. Enquanto na Idade Média o artesanato era a forma de produzir mais utilizada, na Idade Moderna tudo mudou. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Também podemos apontar o crescimento populacional, que trouxe maior demanda de produtos e mercadorias. Acerca do assunto, analise as afirmativas:

- I. O pioneirismo inglês na Revolução Industrial se dá, dentre outros fatores, pelo fato de a Inglaterra possuir grandes reservas de carvão mineral em seu subsolo, ou seja, a principal fonte de energia para movimentar as máquinas e as locomotivas a vapor.
- II. A Revolução Industrial tornou os métodos de produção mais eficientes. Os produtos passaram a ser produzidos mais rapidamente, barateando o preço e estimulando o consumo. Por outro lado, aumentou também o número de desempregados. As máquinas foram substituindo, aos poucos, a mão-de-obra humana.
- III. Ludismo é o nome dado a um movimento ocorrido na Inglaterra durante o século XIX, que reuniu alguns trabalhadores das indústrias contrários aos avanços tecnológicos em curso, proporcionadas pelo advento da primeira revolução industrial. Os ludistas protestavam contra a substituição da mão-de-obra humana por máquinas.

Podemos afirmar corretamente que:

- A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- C) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. Na atualidade, o conceito está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas Públicas. Trata-se de um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos. Em relação ao orçamento, é INCORRETO afirmar que:

- A) O orçamento público apresenta múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle. As despesas, para serem realizadas, têm que estar autorizadas na lei orçamentária anual.
- B) O Orçamento Geral da União (OGU) prevê todos os recursos e fixa todas as despesas do Governo Federal, referentes aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- C) As receitas são estimadas pelo governo. Por isso mesmo, elas podem ser maiores ou menores do que foi inicialmente previsto.
- D) O orçamento público, sua aplicação e os mecanismos de controle são de responsabilidade exclusiva do Governo Federal.

22. Ultimamente, muitas críticas foram feitas por setores do governo contra a atuação do Tribunal de Contas da União que, no desempenho de sua missão constitucional, apontou inúmeras irregularidades na execução da maioria das obras contratadas pela administração pública federal (Harada, Kiyoshi). Em relação a atuação do TCU, analise os itens abaixo:

- I. Costuma-se dizer que o TCU é um mero órgão auxiliar do Poder Legislativo, talvez pelo fato de a Lei de Responsabilidade Fiscal tê-lo incluído no âmbito do Legislativo para efeito de repartição dos limites de despesas de pessoal por Poder.
- II. Tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, seja de direito público ou direito privado, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.
- III. No que se refere ao exame das contas anuais do Presidente da República o TCU age como mero órgão auxiliar do Congresso Nacional a quem cabe, com exclusividade, aprovar ou rejeitar as contas qualquer que seja o parecer prévio (pela aprovação ou pela rejeição) apresentado pelo Tribunal (art. 71, I da CF). Age como auxiliar do Poder Legislativo, também, quando presta informações solicitadas por qualquer das Casas do Congresso Nacional ou por qualquer de suas Comissões.
- IV. Verifica-se que o TCU não tem o poder de assinalar o prazo para que o órgão ou entidade fiscalizada adote providências para sanar as ilegalidades apontadas (art. 71, IX da CF). Essa função é exclusiva dos órgãos do poder judiciário.

É correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas o item III está incorreto.
- D) Apenas o item IV está incorreto.

23. É na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento. Marque o item abaixo que NÃO integra a Lei do Orçamento:

- A) O Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- B) Os Orçamentos dos Estados e Municípios, bem como de seus órgãos e autarquias, entidades ligadas a esses entes públicos ou que utilizam verbas públicas repassadas por estes entes públicos.
- C) O Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.
- D) O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público.



24. Os princípios tributários previstos na Constituição Federal funcionam verdadeiramente como mecanismos de defesa do contribuinte frente à voracidade do Estado no campo tributário. Para Hugo de Brito Machado “Tais princípios existem para proteger o cidadão contra os abusos do Poder. Em face do elemento teleológico, portanto, o intérprete, que tem consciência dessa finalidade, busca nesses princípios a efetiva proteção do contribuinte. Em relação a esses princípios, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- I. O texto do artigo 150, I da Constituição Federal estabelece que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. Esse inciso tipifica o Princípio da Anterioridade.
- II. No mesmo artigo 150, III, “b” é vedado aos entes tributantes cobrar tributo “no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”. Aqui temos a base do Princípio da Legalidade.
- III. Não se pode cobrar tributo relativo a situações ocorridas antes do início da vigência da lei que as tenha definido, ou seja, a lei sempre se aplicará a fatos geradores ocorridos após o início da sua vigência. Esse é o Princípio da Anterioridade.
- IV. O princípio que proíbe que a União institua tributo de forma não uniforme em todo o país, ou dê preferência a Estado, Município ou ao Distrito Federal em detrimento de outro ente federativo, se intitula Princípio da Territorialidade.

- A) Todos os itens estão incorretos.
- B) Apenas o item I está incorreto.
- C) Apenas o item II está incorreto.
- D) Apenas o item IV está incorreto.

25. O sistema contábil é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social. Esse sistema é organizado em subsistemas de informações, que oferecem produtos diferentes em razão das especificidades demandadas pelos usuários e facilitam a extração de informações. Conforme as NBCASP, o sistema contábil público estrutura-se em subsistemas. Em relação ao tema, marque o item INCORRETO:

- A) O Subsistema de Custos registra, processa e evidencia os custos da gestão dos recursos e do patrimônio públicos.
- B) O Subsistema de Informações Patrimoniais registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- C) Alterações nos elementos patrimoniais; Resultado econômico e Resultado nominal são informações geradas no Subsistema de Informações Patrimoniais.
- D) Subsistema de Compensação - registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

26. A Constituição Federal e a Lei nº 4.320/64 conferem à Administração Pública, quando da execução orçamentária – ou seja, na vigência do exercício financeiro, a possibilidade de a mesma valer-se de mecanismos retificadores do orçamento. Segundo Giacomoni: Seria impraticável se, durante a sua execução, o orçamento não pudesse ser retificado, visando atender a situações não previstas quando de sua elaboração ou, mesmo, viabilizar a execução de novas despesas, que só se configuram como necessárias durante a própria execução orçamentária. Em relação aos créditos adicionais, marque o item INCORRETO:

- A) “autorizações de despesa não computadas”: são as despesas não fixadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, porém, posteriormente autorizadas pelo Legislativo. Nessa situação (despesa não computada), caso haja necessidade, deve-se abrir créditos especiais ou suplementares, posto que para as despesas não incluídas na lei orçamentária essa norma autoriza a abertura de crédito adicional especial ou suplementar.
- B) “ou insuficientemente dotadas”: são as despesas incluídas na lei orçamentária, porém, quando de sua execução os recursos foram insuficientes para a conclusão da obra, compra ou serviço. Essa situação requer a abertura de créditos suplementares, ou seja, créditos que suplementam, reforçam os existentes na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- C) Doutrinariamente podemos considerar que os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários que visam à correção de falhas de planejamento da lei orçamentária.
- D) Portanto, podemos considerar que a abertura de créditos adicionais altera a LOA, quantitativa ou qualitativamente, haja vista que esta norma estaria sendo modificada. Assim, com a abertura de crédito adicional a LOA não mais será executada conforme aprovado originalmente pelo Legislativo.

27. Regime Contábil é o critério adotado para o registro do valor das transações de despesas e receitas da entidade para fins de apuração do resultado, lucro ou prejuízo, de um determinado período contábil. Em relação a este tema, analise os itens abaixo e marque o INCORRETO:

- A) Alguns aspectos da legislação fiscal permitem a utilização do regime de caixa, para fins tributários. Porém, de modo algum, o regime de competência pode ser substituído pelo regime de caixa numa entidade empresarial, pois se estaria violando um princípio contábil.
- B) O Regime de Competência considera o registro contábil do pagamento ou recebimento no momento de sua efetivação, não importando a que período se refere o fato.
- C) O Regime Misto consiste no registro das despesas quando incorridas independentemente de estarem pagas ou não, e o registro das receitas somente quando efetivamente recebidas.
- D) Sob o método de competência, os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidos ou pagos.



28. A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, visa a regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento (Título VI), cujo Capítulo II estabelece as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Em particular, a LRF vem atender à prescrição do artigo 163 da CF de 1988. Em relação a LRF, analise os itens a seguir:

- I. A LRF revogou a Lei n° 4.320/64, que normatizava as finanças públicas no País há quase 40 anos.
- II. A LRF atende também ao artigo 169 da Carta Magna, que determina o estabelecimento de limites para as despesas com pessoal ativo e inativo da União a partir de Lei Complementar. Neste sentido, ela revoga a Lei Complementar n° 96, de 31 de maio de 1999, a chamada Lei Camata II (artigo 75 da LRF).
- III. A LRF atende ainda à prescrição do artigo 165 da Constituição, mais precisamente, o inciso II do parágrafo 9°. De acordo com este dispositivo, "...Cabe à Lei Complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de Fundos".
- IV. Finalmente, a partir do seu artigo 68, a LRF vem atender à prescrição do artigo 250 da Constituição de 1988 que assim determina: "Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir um fundo em moeda corrente, mediante lei, que disporá sobre a natureza e administração desse fundo.

Analizados os itens, é correto afirmar que:

- A) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- B) Apenas os itens II e IV estão incorretos.
- C) Apenas os itens I e IV estão incorretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

29. A CONTA ÚNICA do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade dos Órgãos e Entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado que façam uso do SIAFI por meio de termo de cooperação técnica firmado com a STN. A movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional é efetuada por intermédio das UG integrantes do SIAFI sob a forma de acesso on-line, utilizando como Agente Financeiro, para efetuar os pagamentos e recebimentos, o Banco do Brasil ou outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda em situações excepcionais e o Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB para transferências diretas às instituições financeiras. Os documentos utilizados pela CONTA ÚNICA são os seguintes, com EXCEÇÃO de:

- A) Cheques Administrativos.
- B) Ordem Bancária.
- C) Guia de Recolhimento da União – GRU.
- D) Nota de Lançamento – NL.

30. Controle é a função administrativa que monitora e avalia as atividades e resultados alcançados para assegurar que o planejamento, organização e direção sejam bem-sucedidos. O conceito de controle consiste em verificar se a atividade controlada está ou não alcançando os objetivos ou resultados desejados. Assim, o controle é um processo que guia a atividade exercida para um fim previamente determinado (CHIAVENATO, 2006). Na Administração Pública, o controle é a faculdade, e, em determinados casos, a competência legal de avaliação, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional (JUND, 2007). Em relação ao Controle Interno da Administração Pública no Brasil, é INCORRETO afirmar que:

- A) Segundo o art. 74 da Constituição Federal, cada Poder terá um Sistema de Controle Interno, cujos responsáveis possuem responsabilidade solidária, pois quando tomarem conhecimento de alguma irregularidade e deixarem de dar ciência ao Tribunal de Contas, poderão ser responsabilizados criminalmente.
- B) Não obstante a Lei Maior ter previsto tal atividade, nem a própria União possui uma Controladoria realmente estruturada, o que foi sanado com o Decreto no 3.591, de 6 de setembro de 2000.
- C) A Lei de Responsabilidade Fiscal é um elemento orientador, constituindo-se em uma ferramenta gerencial a serviço da Administração Pública. Ela proporciona às finanças públicas um tratamento zeloso e enfatiza o planejamento da ação governamental, para que o orçamento tenha o papel que ele de fato deve ter numa sociedade democrática: o de peça de controle do gasto público e de definição das prioridades sociais.
- D) A Lei no 4.320, de 1964, em seu art. 75, dispõe sobre precaução com o equilíbrio das contas públicas. Dessa forma, os dispositivos inerentes a esse equilíbrio, inseridos na Lei de Responsabilidade Fiscal são uma novidade para o Controle Interno e a Administração Pública.

31. Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei, com EXCEÇÃO de:

- A) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário.
- B) Julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, nos termos do art. 36 desta Lei.
- C) Acompanhar a arrecadação da receita a cargo da União e das entidades referidas no inciso I deste artigo, mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno.
- D) Efetuar, observada a legislação pertinente, o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos.



32.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o modelo orçamentário brasileiro e instituiu instrumentos com o objetivo de vincular o planejamento ao Orçamento. São leis interdependentes: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Em relação ao Plano Plurianual, analise os itens abaixo:

- I. Define as prioridades do governo por um período de quatro anos.
- II. Deve conter as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III. Estabelece a ligação entre as prioridades de curto prazo e a LOA.
- IV. Aprovado no primeiro ano de mandato presidencial, o PPA tem validade a partir do segundo ano presidencial e encerra-se no primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- V. É de iniciativa do Poder Executivo e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério da Fazenda.

Estão INCORRETOS os itens:

- A) I, II e V
- B) III e V
- C) III e IV
- D) II, III e IV

33.Em conformidade com os critérios de avaliação dos elementos do passivo no balanço patrimonial e de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto sobre a renda a pagar com base no resultado do exercício, devem ser avaliados pelo:

- A) Custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.
- B) Custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor.
- C) Valor atualizado até a data do balanço.
- D) Custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

34.Marque o item CORRETO em relação à definição de Lucro Operacional:

- A) Lucro Operacional é o lucro gerado pela operação do negócio, de forma exclusiva, mais as movimentações financeiras e descontando-se as despesas administrativas, comerciais e operacionais.
- B) Lucro Operacional é o lucro gerado pelas movimentações financeiras, descontando-se aí as despesas administrativas e comerciais.
- C) Lucro Operacional é o lucro gerado única e exclusivamente pela operação do negócio, descontadas as despesas administrativas, comerciais e operacionais, excluindo-se qualquer movimentação financeira.
- D) Lucro Operacional é o lucro gerado pela operação do negócio, descontadas as despesas financeiras.

35.A CGU foi criada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso por meio da Medida Provisória n° 2.143-31, 2 de abril de 2001, com a denominação inicial de Corregedoria-Geral da União (CGU-PR). Teve, originalmente, como propósito declarado o de combater, no âmbito do Poder Executivo Federal, a fraude e a corrupção e promover a defesa do patrimônio público. Assinale o item INCORRETO em relação a CGU:

- A) A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo Federal, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.
- B) A CGU deve exercer a função de criar os arcabouços jurídicos legais para o controle interno e externo das atividades governamentais na esfera federal. Para tanto, tem autonomia jurídica, administrativa e operacional.
- C) A Medida Provisória n° 103, de 1° de janeiro de 2003, convertida na Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, alterou a denominação para Controladoria-Geral da União, assim como atribuiu ao seu titular a denominação de Ministro de Estado do Controle e da Transparência.
- D) A Controladoria-Geral da União, no exercício de sua competência, cabe dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde.

36.A LRF fixa limites para o endividamento de União, estados e municípios e obriga os governantes a definirem metas fiscais anuais e a indicarem a fonte de receita para cada despesa permanente que propuserem. A partir da LRF, prefeitos e governadores foram impedidos de criar uma despesa por prazo superior a dois anos sem indicar de onde virá o dinheiro. Em relação aos gastos com pessoal, marque o item CORRETO:

- A) Para combater os expressivos aumentos de gastos em anos de eleição, a LRF proíbe o aumento das despesas com pessoal nos doze meses anteriores ao fim do mandato e a oferta de receitas futuras como garantia para empréstimos, as famosas operações com antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato.
- B) Uma das principais novidades da LRF foi a fixação de limites para os gastos com pessoal. Na esfera federal, o limite máximo para gastos com pessoal é de 60% da receita corrente líquida. Para estados e municípios, o limite é de 50% da RCL.
- C) Em caso de não cumprimento das normas, a LRF estabelece, até mesmo, sanções pessoais para os responsáveis, de qualquer cargo ou esfera governamental, como perda do cargo, inabilitação para emprego público, multa e prisão.
- D) Se a despesa total com pessoal ultrapassar 90% desse limite, a LRF proíbe qualquer movimentação de pessoal que implique aumento de despesa.



37. Consideram-se Restos a Pagar, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente. O conceito de Restos a Pagar está ligado aos Estágios da Despesa Pública, representados pelo Empenho, Liquidação e Pagamento. A inscrição dos Restos a Pagar (RP) os classificará em: RP Processados, RP Não Processados em liquidação e RP Não Processados a liquidar. Em relação a esse tema, marque o item CORRETO:

- A) Os Restos a Pagar Não Processados em liquidação e a liquidar passarão a ser restos a pagar não processados liquidados, com tratamento similar aos processados, quando a liquidação efetiva ocorrer no exercício seguinte ao da inscrição.
- B) A inscrição das despesas em Restos a Pagar é efetuada no início de cada exercício de emissão da respectiva Nota de Empenho.
- C) Poderão ser inscritos em restos a pagar não processados empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos.
- D) Restos a Pagar Processados são aqueles que, no momento da inscrição a despesa estava empenhada e processada.

38. Em relação ao Tribunal de Contas da União, analise os itens abaixo:

- I. Os responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos federais têm de submeter suas contas ao TCU sob a forma de tomada ou prestação de contas, incluindo as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal. Aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo aos cofres públicos, o que equivale dizer à sociedade, também devem prestar contas ao Tribunal.
- II. O TCU é um órgão colegiado. Isso significa que as decisões finais são tomadas de forma coletiva. Compõe-se de nove ministros, que são as autoridades máximas. Seis deles são indicados pelo Congresso Nacional, um, pelo presidente da República e dois são escolhidos entre auditores e membros do Ministério Público que funciona junto ao TCU.
- III. Quando o TCU identifica indícios de fraude ou de qualquer outro crime no curso de fiscalização ou análise, informa o fato às autoridades que têm competência para investigar e promover a punição dos responsáveis, como Ministério Público Federal e Polícia Federal. Nesses casos, quanto ao dano cometido, o TCU pode aplicar sanções como multa e condenação a pagamento de débito, podendo investigar e condenar pessoas por crime.

Em relação aos itens acima, é correto afirmar que:

- A) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- B) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- C) Apenas o item II está incorreto.
- D) Apenas o item III está incorreto.

39. Sistema responsável pela elaboração da proposta orçamentária do governo federal. Seu principal produto é o Projeto de Lei Orçamentária enviado, anualmente, ao Congresso Nacional para aprovação e consequente geração da Lei Orçamentária Anual, e que permite aprimorar o Processo Orçamentário Federal. Nele, é registrada toda a programação orçamentária – ações e programas de governo, com seus respectivos valores e destinações geográficas – planejada para a execução no ano seguinte:

- A) SIAFI
- B) COAFI
- C) SIDOR
- D) MCASP

40. Contas redutoras ou retificadoras, são apresentadas no Balanço Patrimonial e servem de informação importante para os usuários. Comumente são detalhadas em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Qual dos itens abaixo só possui contas redutoras do Ativo Circulante?

- A) Duplicatas descontadas, Perdas Estimadas nos Estoques e PECLD - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.
- B) Provisão de Férias, Provisão 13º salário e PECLD – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.
- C) Duplicatas descontadas, Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Investimento de Longo Prazo, Provisão para Contingências e Provisão de Férias.
- D) Provisão de Férias, Perdas Estimadas nos Estoques e PECLD - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

41. A supervisão ministerial é um meio de controle administrativo exercido sobre as entidades integrantes da Administração Pública Indireta em relação ao ministério a que estejam vinculadas. Analise os itens abaixo que tratam do tema:

- I. Esta vinculação reflete subordinação hierárquica, mesmo com a autonomia e independência das entidades da Administração Pública Indireta.
- II. Trata-se de controle finalístico, controle quanto ao objetivo das atividades desenvolvidas, por parte da Administração que instituiu o ente da Administração Pública Indireta.
- III. É um controle interno e decorre do poder de autotutela que permite à Administração Pública rever os próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- IV. Nesse sentido, a administração tem o dever de anular seus próprios atos, quando eivados de nulidade, podendo revogá-los ou alterá-los, por conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Analisados os itens é correto afirmar que:

- A) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- B) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- C) Apenas o item I está incorreto.
- D) Todos os itens estão corretos.



42. Qual dos itens abaixo NÃO é uma das finalidades expressas em Lei, do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal?

- A) Identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos do Governo, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos privados, bem como prestar o apoio gerencial e institucional à sua implementação.
- B) Formular o planejamento estratégico nacional.
- C) Formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- D) Gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.

43. O Brasil foi um dos primeiros países não saxônicos a adotar a equivalência patrimonial como método de registro de investimentos. Com o advento da Lei 6.404 no já longínquo ano de 1976, o Brasil abandona a escola aziendalista italiana e adota o modelo de contabilidade norte-americana. Nesse momento, foi tornada obrigatória a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas pelo “valor de patrimônio líquido”. O valor do investimento, portanto, será determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada sociedade coligada ou controlada. Em relação a este tema, analise os itens a seguir:

- I. Estão obrigadas a proceder à avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido as sociedades anônimas ou não que tenham participações societárias relevantes em: sociedades controladas; sociedades coligadas sobre cuja administração a sociedade investidora tenha influência; sociedades coligadas de que a sociedade investidora participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social.
- II. Por força da Lei 11.638/2007, a partir de 01.01.2008, a obrigatoriedade de avaliar pelo método da equivalência patrimonial atinge os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.
- III. O artigo 182 da Lei 6.404/1976 - Lei das Sociedades por Ações - dispõe que a parcela do capital a integralizar não compõe o patrimônio líquido das sociedades. Assim sendo, por ocasião da aplicação do método de equivalência patrimonial, essa parcela do capital ainda não integralizada não deve ser computada, nem no cálculo da participação percentual nem no valor do patrimônio líquido.
- IV. A baixa de investimento relevante e influente em sociedade coligada ou controlada deve ser precedida da avaliação pelo valor de patrimônio líquido, com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação da coligada ou controlada, levantado na data da alienação ou liquidação ou até 30 (trinta) dias, no máximo, antes dessa data.

Analizados os itens acima é correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas o item IV está incorreto.
- D) Todos os itens estão corretos.

44. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) foi viabilizado a partir da criação da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda. A STN definiu e desenvolveu, em conjunto com o SERPRO, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, implantando-o em janeiro de 1987, para suprir o Governo Federal de um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos. Assinale o item INCORRETO em referência aos objetivos do SIAFI:

- A) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, buscando a eficiência e eficácia da gestão pública e maximização dos custos.
- B) Permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.
- C) Proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.
- D) Permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas.

45. A consolidação das demonstrações contábeis, objetiva o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. O processo se dá pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. Em relação à Consolidação das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, é INCORRETO afirmar que:

- A) Para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, devem-se excluir as participações nas empresas estatais dependentes.
- B) Para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, devem-se excluir as transações e saldos recíprocos entre as entidades.
- C) Para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, devem-se incluir as participações nas empresas estatais dependentes e as transações e saldos recíprocos entre as entidades.
- D) Para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, devem-se excluir as parcelas dos resultados do exercício, do lucro/prejuízo acumulado e do custo dos ativos que corresponderem a resultados ainda não realizados.

46. Das opções abaixo, qual NÃO representa um motivo justo para rescisão do contrato de trabalho de representação comercial, pelo representante, nos termos da Lei nº 4.886/65:

- A) Redução de esfera de atividade do representante em desacordo com as cláusulas do contrato.
- B) Fixação abusiva de preços em relação à zona do representante, com o exclusivo escopo de impossibilitar-lhe a ação regular.
- C) A quebra, direta ou indireta, da exclusividade, se prevista no contrato.
- D) A prática de atos que importem em descrédito comercial do representado.



47. De acordo com a Lei nº 4.886/65, sobre as penalidades aplicáveis, pelos Conselhos Regionais, aos representantes comerciais faltosos, marque V para Verdadeiro e F para Falso:

- () As penas disciplinares serão aplicadas após processo regular, sem prejuízo, quando couber, da responsabilidade civil ou criminal.
- () No caso de reincidência ou de falta manifestamente grave, o representante comercial somente poderá ser suspenso do exercício de sua atividade, mas nunca ter seu registro cancelado.
- () Compete aos Conselhos Regionais aplicar, ao representante comercial faltoso, as seguintes penas disciplinares: advertência, sempre sem publicidade; multa até a importância equivalente ao maior salário mínimo vigente no País; suspensão do exercício profissional, até 1 (um) ano; e cancelamento do registro, com apreensão da carteira profissional.

Assinale a alternativa que contém o número de proposições FALSAS:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3

48. Em conformidade com o disposto na Lei nº 4.886/65, leia atentamente os itens abaixo, marcando V para Verdadeiro e F para Falso:

- () Nos casos de transferência ou de exercício simultâneo da profissão, em mais de uma região, serão feitas as devidas anotações na carteira profissional do interessado, pelos respectivos Conselhos Federais.
- () Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato, com ou sem determinação de prazo.
- () É defeso ao representante comercial emitir títulos de créditos para cobrança de comissões.
- () No caso de falência do representado as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão considerados créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas.

Assinale a sequência correta, de cima para baixo:

- A) F V F V
- B) F F V F
- C) V F F V
- D) V V F F

49. Assinale a opção que NÃO apresenta uma das competências do Conselho Federal de Administração, segundo as disposições da Lei nº 4.886/65:

- A) Aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais.
- B) Elaborar o Código de Ética Profissional.
- C) Fixar, mediante resolução, os valores das anuidades e emolumentos devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos quais estejam registrados, observadas as peculiaridades regionais e demais situações inerentes à capacidade contributiva da categoria profissional nos respectivos Estados e necessidades de cada entidade.
- D) Decidir sobre os pedidos de registro de representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, na conformidade Lei nº 4.886/65.

50. A busca de alternativas que reduzam os custos e otimizem a efetividade e a eficiência, (preceito instituído pela Carta Constitucional de 1988 em seu art. 74, inciso II) dos serviços prestados à sociedade, pelos órgãos públicos, tem sido o grande desafio dos estudiosos e administradores da área pública no Brasil, pois, em realidade, a preocupação até então se restringia, fundamentalmente, a procedimentos mais voltados ao atendimento das prerrogativas legais vigentes no país, não se analisando os aspectos concernentes à gestão de custos e consequentes resultados, fenômenos esses que já são demasiadamente conhecidos no setor privado. Como resposta a esse desafio, a NBCT 16.6 criou um novo demonstrativo, que evidencia eficiência na gestão dos recursos no serviço público. Marque a alternativa onde está expresso esse demonstrativo:

- A) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- B) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- C) Demonstração do Resultado Econômico.
- D) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.